

# FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: QUE CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM, QUE METODOLOGIA, QUE AVALIAÇÃO?

Patrícia dos Santos Souza Barreto<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Diante desta temática tão instigante da *VI SEMOC – Fome de Quê?*, há de se incluir um fato, que apesar de conhecido pela sociedade, ainda que timidamente, merece mais divulgação, repercussão e, acima de tudo, busca de soluções plausíveis e adequadas. Refiro-me à problemática da escola que, reiteradamente, produz analfabetos escolarizados – alunas e alunos amparados pela escolaridade em ciclos, que acabam sendo promovidos automaticamente sem construírem competências de uso da leitura e da escrita.

Aqui não se pretende combater essa política da escolaridade em ciclos, pois conforme consta no Documento de Apresentação do PROFA<sup>2</sup> (SEF/MEC, 2001),

[...] A proposta de ciclo representava (e continua representando) uma possibilidade concreta de superar a injustiça do ‘tudo ou nada’ encarnada no sistema seriado em que conta no final do ano letivo, no momento da promoção/retenção, não é o quanto o aluno aprendeu considerando ao mesmo tempo o que sabia de início e os objetivos de aprendizagem colocados para a série, mas apenas o quanto ele aprendeu, ou não, considerando exclusivamente os objetivos propostos. E, de certa forma, a organização da escolaridade em ciclos é também uma forma indireta de combater a evasão: como sabemos, a retenção é a grande vilã da evasão escolar, porque atesta institucionalmente um fracasso que seria do aluno.

Entretanto, a proposta de ciclos não alcançou os resultados esperados por causa da cultura escolar cristalizada da seriação e da ausência de condições básicas para essa implantação – uma delas e, principalmente, a adequada formação dos professores para ensinar mais e melhor aos alunos.

É nesse contexto que a formação inicial de professores das séries iniciais do ensino fundamental deve procurar aplacar a fome de aprendizagem significativa de futuros alfabetizadores, sobre conhecimentos teóricos e práticos de como, efetivamente, alfabetizam-se crianças, jovens e adultos. Que concepção de ensino e de aprendizagem, que metodologia, que avaliação se faz necessária para essa formação? Esta é a hipótese de trabalho desta investigação, ora apresentada neste evento.

O contexto deste trabalho parte da experiência obtida no Curso Normal Superior, na disciplina de Didática da Alfabetização II. A proposta de trabalho, tanto para os alunos que já são professores<sup>3</sup>, quanto para alunos que ainda não são professores foi a de investigar o que acontece com o sujeito aprendiz que se propõe a compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabético, e quais saberes didáticos o professor que orienta essa aprendizagem precisa dominar para proporcionar aprendizagens significativas no alfabetizando.

A investigação foi realizada após estudos e discussões, apoiados na bibliografia da disciplina e nos vídeos com situações didáticas de diagnóstico de hipóteses de crianças em processo de

---

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade Católica do Salvador – UCSal; pós-graduada em Formação de Professores Alfabetizadores pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Professora da disciplina Didática da Alfabetização, do Curso Normal Superior - Séries Iniciais, das Faculdades Jorge Amado [patriciabarreto@terra.com.br](mailto:patriciabarreto@terra.com.br).

<sup>2</sup> Programa de Formação de Professores Alfabetizadores da Secretaria do Ensino Fundamental/Ministério da Educação.

<sup>3</sup> Há de se esclarecer que o Curso Normal Superior atende, principalmente, professores em serviço, formados em nível médio pelo curso de magistério e que precisavam ter formação em nível superior ou estar cursando até o ano de 2006, conforme orientava a atual LDBEN, até julho de 2003. Essa normativa foi modificada pelo CNE, em agosto de 2003, deixando de ser uma prerrogativa para esses professores.

alfabetização. Esse procedimento didático realizado durante as aulas de Didática da Alfabetização produziu boas reflexões sobre a concepção de formação de professores, a metodologia de trabalho e a forma de avaliar a aprendizagem dos futuros egressos do curso normal superior.

A hipótese de trabalho da disciplina parte de dois pressupostos. O primeiro acredita que o conteúdo da aprendizagem dos futuros professores tem natureza conceitual e, portanto, requer uma construção interna de esquemas interpretativos dos alunos, sobre o objeto em questão. O segundo pressuposto parte da concepção de formação que orienta, especificamente, esse Curso Normal Superior, no qual a reflexão na ação e a reflexão sobre a ação são as principais estratégias de estudo e de aprendizagem (ALARCÃO, 1996, p.9).

Os conteúdos centrais da disciplina são os conceitos de alfabetização e letramento (SOARES, 2000) e as hipóteses de escrita e estratégias de leitura que crianças, jovens e adultos constroem, no esforço de compreender as regras de geração do sistema de escrita alfabético (FERREIRO;TEBEROSKY, 1979). Segundo Weisz (1999, p.55,) esses conteúdos têm origem nas teorias didática, da Psicologia Cognitiva e na área da Língua Portuguesa – que dão suporte aos eixos de saberes necessários para a formação de professores alfabetizadores, isto é: o que se aprende (a língua escrita como objeto de aprendizagem); como se aprende (processos de aprendizagem); como se media a interação entre o sujeito aprendiz e o objeto de aprendizagem (a didática).

Especialmente nas últimas décadas, essas áreas de estudo e pesquisa vêm sofrendo drásticas mudanças de paradigmas conceituais e didáticos, que requerem dos professores procedimentos de estudo e reflexão antagônicos ao que vinham, historicamente, realizando.

## 2. METODOLOGIA

Considerando que o objetivo dessa formação inicial é o de preparar professores para a função docente, o curso de Didática da Alfabetização optou pelo princípio metodológico da homologia dos processos – “metodologia de formação que consiste no formando vivenciar atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização, os quais se pretende que utilize nas suas próprias ações didáticas” (SCARPA, 1998, p.43). Dessa forma, a metodologia que melhor sustenta a construção de conhecimentos é a de resolução de situações problemas.

O trabalho aqui em foco ocorreu em duas etapas distintas. A primeira etapa tinha como objetivo acionar os conhecimentos prévios dos alunos, em relação ao que sabiam sobre as hipóteses de escrita elaboradas por sujeitos não-alfabetizados, ampliando-o. Foi utilizada uma lista de escritas infantis para que ordenassem do mais distante ao próximo da escrita convencional. A partir do resultado dessa primeira ordenação, os alunos foram tendo contato com textos da bibliografia da disciplina e com vídeos de situações de diagnóstico de hipóteses de escrita para que fossem confrontando com o que já sabiam. Essa estratégia didática favorece a aproximação que se tenha com o conteúdo da aprendizagem como uma demanda interna do sujeito, em que se mobiliza o que já sabe, confrontado à teoria, com a nova informação. Essa etapa de trabalho durou várias sessões de discussões e confrontos.

Na segunda etapa, sob a perspectiva hermenêutica-reflexiva, que

[...] parte do pressuposto de que o ensino é uma atividade complexa que se desenvolve em cenários singulares, com resultados sempre em grande parte imprevisíveis, e carregada de conflitos de valor que requerem opções éticas e políticas, [...] o professor é visto como um profissional autônomo que desenvolve seu conhecimento no próprio processo de construção e reconstrução de sua prática reflexiva (SCARPA, 1998, p.36).

Nestes termos, foi proposto um trabalho de investigação no qual os alunos teriam oportunidade de acionar o conhecimento construído nas situações problemas de sala de aula, numa situação real de reflexão sobre as hipóteses de escritas de sujeitos não alfabetizados. O trabalho consistia em entrevistar crianças e adultos analfabetos para analisar-se suas hipóteses e trazer os

resultados para serem discutidos com a professora, nas aulas do curso de Didática da Alfabetização. O colocar-se em ação de investigação permitiu aos alunos realizar uma auto-regulação do que de fato haviam aprendido na sala de aula, bem como garantir que as áreas obscuras fossem re-discutidas nas aulas. Após um determinado período entre as entrevistas e as retomadas das discussões, elaboraram um relatório escrito, que serviu como instrumento de avaliação e registro do seu processo de aprendizagem.

As entrevistas foram previamente discutidas em relação ao instrumento e aos procedimentos e apresentadas em forma de relatório, com as análises e considerações sobre a investigação, conforme o roteiro de elaboração, realização e entrevista, a seguir:

a) Diagnóstico de Hipóteses de Escrita

Esta, além de ser uma atividade de regulação da aprendizagem, também é uma atividade para a primeira avaliação institucional do semestre. Observação: a apresentação do resultado deve ser em grupo, onde os componentes vão juntar o material coletado por cada um, analisar os resultados e elaborar um relatório único, com transparências das escritas produzidas pelos entrevistados, além de apresentar as suas análises e reflexões para a turma e a professora. Da elaboração do instrumento até a apresentação, cada grupo terá 3 (três) semanas; nesse período, terão o primeiro horário das aulas de DAL II para realizarem a entrevista, reunirem-se, discutirem com o orientador e prepararem a apresentação;

b) Orientações para a Elaboração e Apresentação da Atividade

- Perfil do Entrevistado (a): dois adultos e quatro crianças a partir de 4 anos (no mínimo), não ser alfabetizado, ser escolarizado ou não (no caso de uma amostra heterogênea neste sentido, fazer comparações e considerações a respeito);
- Apresentação do Instrumento (deve ser digitado, contendo um cabeçalho): Faculdades Jorge Amado, Instituto Normal Superior, Curso Normal Superior, Didática da Alfabetização II, Professor, Aluno (a), Nome do entrevistado (a), Grau de escolaridade, Idade, Data da entrevista (Obs: o espaço para a escrita dos entrevistados não deve conter linhas);

c) Procedimentos para a Entrevista

Esclarecer ao entrevistado que está realizando uma pesquisa sobre o que ele pensa sobre a escrita, que não se preocupe se a escrita vai ficar como a convencional. Portanto, precisa que ele escreva como pensa que pode ser. Que não é uma avaliação sobre se sabe escrever ou não, utilizar caneta de ponta grossa, perguntar sobre o que sabe escrever (nome próprio ou outras palavras). Caso a resposta seja afirmativa, solicitar que escreva, analisando se é uma escrita que corresponda a uma compreensão do sistema alfabético, ou se é de memória mecânica. Em caso de dúvida do entrevistado, não apagar ou rasurar, solicitar que repita a escrita. Em caso de dúvida do entrevistador, repetir a proposta de escrita com o mesmo desafio, observar se há compreensão do uso de letras do alfabeto ou se utiliza outros caracteres não-convencionais para a escrita, ditar sem silabar, sem pausas, mas da forma como se fala normalmente, solicitar a imediata interpretação sobre a sua escrita, observando:

- se a forma como escreve corresponde ao que realmente pensa sobre o sistema – se não é uma escrita mecânica,
- se há correspondência entre partes da escrita com os segmentos falados (controle da quantidade e/ou qualidade de letras),
- se há exigência de quantidade mínima e/ou máxima de letras para que a escrita seja legível,
- se há variação de letras dentro da palavra (intrafigural),
- se há diferenciação de escritas para palavras diferentes (variação interfigural),
- se apresenta realismo nominal,
- se há estabilidade da escrita, ao solicitar uma outra produção com palavras que já tenha escrito anteriormente, durante a entrevista;

Registrar a interpretação do entrevistado(a) em folha à parte, transcrevendo a escrita produzida e a sua interpretação, analisar e refletir sobre a qualidade das intervenções pedagógicas, a partir da relação entre o tempo de escolaridade e a evolução das hipóteses.

d) Roteiro para o Relatório de Apresentação dos Resultados

- Individual: análise da adequação do contexto (perfil de cada entrevistado e análise do contexto – espaço e tempo para a realização da entrevista), análise sobre as hipóteses de cada um dos entrevistados, contemplando os itens dos “procedimentos para a entrevista”, relato sobre as reflexões pessoais durante a entrevista (se surgiram questões que não foram suficientemente discutidas e/ou contempladas nas aulas e nos estudos individuais; o que permitiu reflexão ou que somente foi compreendido durante a realização do diagnóstico; o que ocorrer).
- Grupo: agrupamento das entrevistas, segundo as características das hipóteses apresentadas pelos entrevistados, com análise dos resultados, considerações do grupo sobre os resultados obtidos em relação à aprendizagem da Unidade 2 – Hipóteses de Escrita: o que não sabiam e puderam conhecer, o que já sabiam e puderam aprofundar, a funcionalidade desse conteúdo para a formação do professor de séries iniciais, no atual contexto do nível de letramento da sociedade brasileira (consultar textos sobre analfabetismo funcional e fracasso escolar no Brasil, bem como relatórios estatísticos).

e) Apresentação do Grupo – 30 min

A apresentação deve seguir a mesma orientação do relatório do grupo, sendo que as amostras de escritas devem ser apresentadas em transparências.

### 3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sabe-se que os conteúdos propostos neste semestre não são simples. Não é o suficiente adquirir um certo número de conhecimentos e alguns procedimentos de análise para compreendê-los. A Psicogênese da Língua Escrita, pesquisa realizada pelas Dras. Emília Ferreiro e Ana Teberosky, é um conjunto de conhecimentos científicos complexos e ainda pouco conhecidos pelos professores e outros profissionais envolvidos no contexto da alfabetização de crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo, os paradigmas anteriores deixaram no meio social a falsa impressão de que alfabetizar é uma tarefa muito fácil, capaz de ser realizada por qualquer pessoa, tendo apenas um treinamento com técnicas e métodos específicos. No entanto, no meio acadêmico e na prática, sabe-se que não é bem assim. Um professor alfabetizador requer uma formação específica – baseada na construção de conhecimento – pela qual conheça e compreenda os processos de aprendizagem dos alunos, a língua escrita, enquanto objeto de aprendizagem, e a didática, que favorece a interação entre aprendiz e o objeto de estudo. Se fosse tão fácil como se pensa, não teríamos 20 milhões de analfabetos adultos, milhares de crianças analfabetas na escola e 74% de analfabetos funcionais, como demonstra recente pesquisa do Instituto Paulo Montenegro (UOL EDUCAÇÃO, 26 mar. 2002).

Os resultados obtidos atenderam, principalmente, à expectativa dessa compreensão. Essa conclusão foi observada nos depoimentos e nas colocações dos alunos, durante a apresentação dos trabalhos – tanto o oral, quanto o escrito. Alguns alunos, no início das discussões, chegaram a explicitar que não acreditavam nas premissas dos conteúdos do curso, mesmo depois das discussões pautadas nos aportes teóricos. Somente durante a realização das entrevistas é que se observou a modificação dos “pré-conceitos” desses alunos. Essa experiência vem comprovar – não só para os descrentes, mas também para aqueles que não têm um conhecimento aprofundado – que a aprendizagem dos alunos, num curso de formação de professores, precisa ter uma reflexão pautada na ação, para que a aprendizagem seja, de fato, significativa. Não é possível realizar essa formação somente lendo bibliografia e ouvindo exposições dos professores. Faz-se necessário a compreensão

de que o aluno de um curso de formação de professor alfabetizador é um sujeito que pensa, que reflete sobre a ação, e, por isso, aprende.

Num universo de alunos – tanto dos já professores quanto dos não-professores – percebe-se, hoje, que estão num lugar diferente do que estavam no início das discussões. Isso é possível de verificar no confronto de depoimentos entre o antes e o depois da ação reflexiva. É esse confronto que permite a avaliação da aprendizagem dos alunos, bem como o acompanhamento da gênese desse conhecimento, no decorrer do curso. Os depoimentos presentes nos relatórios comprovam que, para a maioria, a questão do analfabetismo escolarizado e da psicogênese da língua escrita eram ou desconhecidos ou pouco conhecidos ou pouco relacionados à formação que procuravam, antes da realização do trabalho.

#### **4. REFERÊNCIAS**

ALARCÃO, Isabel. **Formação reflexiva de professores**. Porto: Porto Editora, 1996.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

SCARPA, Regina. **Era assim, agora não... uma proposta de formação de professores leigos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SEF/MEC. Documento de Apresentação. In: **PROGRAMA de Formação de Professores Alfabetizadores**. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: MEC, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

UOL EDUCAÇÃO. Apenas 26% dos brasileiros lêem e entendem, diz pesquisa. Disponível em [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br). Acesso em: 26 mar. 2002.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1999.